TÍTULO DO TRABALHO	
MARX, ESTADO, POLÍTICA E PARTIDO POLÍTICO	
AUTOR(ES)	**INSTITUIÇÃO**
Túlio César Dias Lopes	UEMG

RESUMO

Neste trabalho, iremos abordar o papel do Estado na sociedade capitalista, relacionando esta problemática à complexa discussão sobre a política e a questão do Partido Revolucionário. Utilizaremos como referências teóricas fundamentais: teses marxistas sobre a problemática do Estado; as abordagens de Eric Hobsbawm e István Mészáros sobre a concepção de política em Marx; e a noção de partido revolucionário elaborada por Lênin e Gramsci, ressaltando o papel do Partido como instrumento de organização e de 'educação das massas' na luta pelo socialismo na perspectiva do comunismo. Apresentamos uma discussão teórica-política sublinhando as complexas relações entre Marxismo, Estado, Política e Partido. Para os comunistas, a luz das análises referenciadas no Marxismo, o Estado deve ser superado por meio da luta de classes, nesta o papel da política e do partido político é central. O partido político, de "novo tipo" na perspectiva leninista, exerce potencialmente o papel central de "educação política dos quadros e militantes", a partir do referencial teórico do marxismo, para garantir a direção consciente do movimento espontâneo da classe trabalhadora. É necessário destacar o papel do princípio político organizativo do Partido Revolucionário concebido por Lênin: o centralismo democrático. Lênin reforça a necessidade da ação política centralizada e organizada do Partido Revolucionário como condição indispensável para a luta revolucionária. Para aprimorar nossa análise buscamos resgatar o debate marxista sobre a questão do Estado e o conceito de política em Marx. A atuação dos comunistas não se restringe à política institucional ou parlamentar. Na perspectiva comunista cabe ao partido revolucionário o papel de organizar a luta política da classe trabalhadora para superar o poder do capital e garantir o domínio do trabalho na construção de um Estado proletário de transição. A crítica marxista se esforça para retomar o debate acerca do Estado na sociedade capitalista. Muitos erros e equívocos do passado e da atualidade devem-se ao abandono de elementos cruciais da tradição revolucionária marxista, como a compreensão da necessidade de superação do Estado, da concepção de política revolucionária e do papel de organização e luta dos partidos revolucionários.

Palavras-chave: Marxismo; Estado; Política; Partido Político.

MARX, ESTADO, POLÍTICA E PARTIDO POLÍTICO

LOPES, Túlio César Dias

Resumo:

Neste trabalho, iremos abordar o papel do Estado na sociedade capitalista, relacionando esta problemática à complexa discussão sobre a política e a questão do Partido Revolucionário. Utilizaremos como referências teóricas fundamentais: teses marxistas sobre a problemática do Estado; as abordagens de Eric Hobsbawm e István Mészáros sobre a concepção de política em Marx; e a noção de partido revolucionário elaborada por Lênin e Gramsci, ressaltando o papel do Partido como instrumento de organização e de 'educação das massas' na luta pelo socialismo na perspectiva do comunismo. Apresentamos uma discussão teórica-política sublinhando as complexas relações entre Marxismo, Estado, Política e Partido. Para os comunistas, a luz das análises referenciadas no Marxismo, o Estado deve ser superado por meio da luta de classes, nesta o papel da política e do partido político é central. O partido político, de "novo tipo" na perspectiva leninista, exerce potencialmente o papel central de "educação política dos quadros e militantes", a partir do referencial teórico do marxismo, para garantir a direção consciente do movimento espontâneo da classe trabalhadora. É necessário destacar o papel do princípio político organizativo do Partido Revolucionário concebido por Lênin: o centralismo democrático. Lênin reforça a necessidade da ação política centralizada e organizada do Partido Revolucionário como condição indispensável para a luta revolucionária. Para aprimorar nossa análise buscamos resgatar o debate marxista sobre a questão do Estado e o conceito de política em Marx. A atuação dos comunistas não se restringe à política institucional ou parlamentar. Na perspectiva comunista cabe ao partido revolucionário o papel de organizar a luta política da classe trabalhadora para superar o poder do capital e garantir o domínio do trabalho na construção de um Estado proletário de transição. A crítica marxista se esforça para retomar o debate acerca do Estado na sociedade capitalista. Muitos erros e equívocos do passado e da atualidade devem-se ao abandono de elementos cruciais da tradição revolucionária marxista, como a compreensão da necessidade de superação do Estado, da concepção de política revolucionária e do papel de organização e luta dos partidos revolucionários.

Palavras-chave: Marxismo; Estado; Política; Partido Político.

Começamos nosso trabalho pelo debate teórico conceitual sobre Estado, Política e Partido Político, pois não é possível compreender a atuação dos comunistas sem elucidar qual é a concepção de política que condiciona (e determina) a atuação dos revolucionários. Enfrentando a polêmica contra os anarquistas, socialistas utópicos e sociais democratas, o marxismo e superou os limites da própria política ao introduzir, no seio do movimento da classe trabalhadora, sua concepção dialética da história.

O desenvolvimento das lutas da classe trabalhadora gerou a necessidade de organizações revolucionárias. Os primeiros partidos políticos da classe trabalhadora surgiram na segunda metade do século XIX. No início do século XX, surgiram os primeiros partidos revolucionários. Através da busca pela vinculação do marxismo com as lutas concretas da classe trabalhadora foi se desenhando os contornos dos

partidos revolucionários. Neste trabalho, apresentamos alguns elementos centrais que fundamentam e reforçam a tese da necessidade dos partidos revolucionários na atualidade.

O Estado na perspectiva marxista.

Marx (2012, p. 104) ao tratar da relação entre trabalho alienado, propriedade privada e comunismo nos *Manuscritos econômicos-filosóficos de 1844*, enfatiza que "através do trabalho alienado, desapossado, o operário gera a relação de um homem estranho ao trabalho, e estando fora dele, com esse trabalho" e que "a propriedade privada é, portanto, o produto, o resultado, a conseqüência necessária do trabalho desapossado, da relação exterior do operário com a Natureza e consigo próprio". Onde "a propriedade privada resulta, portanto, por análise a partir do conceito de trabalho desapossado, i.e., do homem desapossado do trabalho alienado, da vida alienada, do homem alienado".

Marx (2012, p. 108) destaca que "o comunismo é, por fim, a expressão positiva da propriedade privada suprimida, antes de mais a propriedade privada universal". E, que "a supressão da propriedade privada é por isso a completa emancipação de todos os sentidos e qualidades humanas; mas ela é esta emancipação precisamente pelo fato destes sentidos e qualidades se terem tornado humanos, tanto subjetiva como objetivamente." (2012, p. 114).

Para tal, faz-se necessário compreender a formação do Estado e seu vínculo com o capital, desde o seu nascedouro. Ao apresentar a relação do Estado com a propriedade privada, Marx (2012, p. 75-76) afirma que através do desenvolvimento da propriedade privada moderna se formou o Estado moderno, onde a:

> A burguesia, por ser uma classe, não mais um estamento, é forçada a organizar-se nacionalmente, e não mais localmente, e a dar a seu interesse médio uma forma geral. Por meio da emancipação da propriedade privada em relação à comunidade, o Estado se tornou uma existência particular ao lado e fora da sociedade civil; mas esse Estado não é nada mais do que a forma de organização que os burgueses se dão necessariamente, tanto no exterior como no interior, para a garantia recíproca de sua propriedade e de seus interesses. (MARX, 2012, p. 75).

Ao analisarmos esta passagem, podemos observar claramente a vinculação do Estado Moderno com a propriedade privada, na medida em que a Burguesia necessita da organização nacional na forma política do Estado, para manter e promover seus interesses de classes. Os cidadãos e suas famílias fazem parte da sociedade civil e o

Estado se apresenta como síntese desta universalidade. Neste sentido, as contradições da sociedade civil se representariam no Estado, que as dirimiriam, superando-as. Marx se esforça para sublinhar que o Estado é a expressão do poder político dos proprietários, não uma manifestação da universalidade, e sim representante legítimo dos interesses privados da classe burguesa. Na complexa relação entre o particular e o universal, está a questão principal do Estado. Somente a superação de ambos possibilitaria a revolução social e a emancipação humana.

O historiador Erick Hobsbawm (2011, p. 56) reforça os elementos presentes no *Prefácio de Crítica da economia política* de Marx, onde se lê que: "As relações jurídicas, assim como as formas do Estado, não podiam ser compreendidas por si mesmas [...], mas radicam-se nas condições materiais da vida", naquela "sociedade civil" cuja anatomia era a economia política. Podemos compreender a partir desta passagem o vínculo dialético entre o Estado e a economia política, de forma geral.

Analisando as experiências socialistas utópicas, Marx defendia que:

> A forma comunista inicial do Estado era o poder político, que "é a expressão oficial da oposição de classes dentro da sociedade burguesa"; por conseguinte, ele deixaria de existir na sociedade comunista; no atual sistema, representava não um interesse geral da sociedade, mas o interesse da(s) classe(s) dominante(s); porém, com a vitória revolucionária do proletariado, ele não desapareceria imediatamente durante o esperado período de transição, e assumiria a forma temporária de "proletariado organizado como classe dominante" ou "ditadura do proletariado". (HOBSBAWM, 2011, p. 56)

Este problema é sublinhado em um texto apresentando críticas as propostas defendidas por socialistas alemães durante o primeiro congresso do Partido Social Democrata Alemão (SPD), onde Marx apresenta sua tese central sobre o papel do Estado no processo de superação do capitalismo. Nesta análise sobre o papel do Estado levantada em 1872, é possível afirmar que:

> Entre a sociedade capitalista e a sociedade comunista medeia o período da transformação revolucionária da primeira na segunda. A este período corresponde também um período político de transição, cujo Estado não pode ser outro senão a *ditadura revolucionária do proletariado*. (MARX 2012, p.440).

Mészáros sublinha que, Marx em Carta a Friedrich Engels (18 de fevereiro de 1865) ao tratar do Programa de Gotha, que abordava o programa de unificação do Partido Operário Socialdemocrata Alemão entre a ala radical dos eisenacherianos e os lassalleanos, "oportunistas acomodados da classe trabalhadora alemã", apresentou de forma aguda uma contraposição à tentativa de "integração do movimento da classe

trabalhadora alemã na estrutura regulatória do Estado estabelecido" (2015, p.39). Neste sentido, "Marx produziu em abril (ou início de maio) de 1875 a devastadora Crítica ao Programa de Gotha, que apontou não apenas as contradições internas desse programa em particular, mas também, as perspectivas desastrosas para o futuro do movimento socialista, caso adotasse a estratégia anunciada. (2015, p. 39).

A análise política feita por Marx sobre o Programa é apresentada levando-se em conta a experiência da Comuna de Paris em 1871, primeira experiência de formação de um Estado Proletário na História da Humanidade. O objetivo final é que o poder político do Estado deixe de existir na sociedade comunista. O debate sobre a transição é marcado pela necessidade da organização do proletariado em classe dominante. A Ditadura do Proletariado se apresenta como alternativa de poder político, como forma de superação da democracia burguesa, em embate direto contra os interesses do capital.

Em relação ao polêmico termo "ditadura do proletariado" o historiador Erick Hobsbawm diz que: "a experiência do jacobinismo lançou luz sobre o problema do Estado revolucionário de transição, inclusive sobre a 'ditadura do proletariado"', sendo, "um conceito muito controverso nas posteriores discussões marxistas". Ainda, segundo Hobsbawm, (2012, p. 60) A expressão surgiu pela primeira vez na análise marxista – não importa que tenha vindo de Blanqui ou não – depois da derrota de 1848-9, ou seja, no ambiente de uma possível reedição de alguma coisa como as revoluções de 1848.

Ainda, de acordo com Hobsbawm: a experiência da Comuna de Paris indicou a necessidade de reformulações importantes das idéias de Marx e Engels sobre o Estado e a ditadura do proletariado. Não bastava simplesmente assumir o comando da velha máquina do Estado – era preciso eliminá-la. (2011, p. 61).

> Neste sentido, "a classe operária "tinha de se proteger de seus próprios representantes e de suas autoridades" a fim de evitar "a transformação do Estado e dos órgãos do Estado, de servos da sociedade em seus senhores", como acontecera em todos os Estados prévios. (2011, p. 60).

Pensadores marxistas como Lênin (1986, p. 74) destacaram que "A história em geral, e a história das revoluções em particular, é sempre mais rica de conteúdo, mais variada, mais multiforme, mais viva e mais 'astuta' do que imaginam os melhores partidos, as vanguardas mais conscientes das classes mais avançadas". Cabendo a

utilização de diferentes estratégias, táticas e formas de luta adaptadas as circunstâncias de cada contexto histórico, levando em conta as particularidades e especificidades. Não é apresentada nem sustentada, por Marx e Engels, nenhuma estratégia pré-definida de revolução política. As principais teses marxistas também apontam para a necessidade da revolução social.

Lênin em seu prefácio à primeira edição de *Estado e Revolução* de 1917, afirma que a questão do Estado está na ordem do dia da Revolução Russa, em particular, e de todas as revoluções, de uma maneira geral, devido ao fato de que "A guerra imperialista acelerou e avivou ao mais alto grau o processo de transformação do capitalismo monopolizador em capitalismo monopolizador de Estado." (Lênin, 2011, p. 31)

Ao afirmar a importância da questão do Estado, Lênin (2011, p.31) destaca que "A revolução proletária universal está em maturação e a questão das suas relações com o Estado adquire, praticamente, um caráter de atualidade". E, permanece atual, pois é o "divisor de águas" principal entre a esquerda revolucionária e os reformistas.

De acordo com Lênin (2011, p.32-33), a luta da classe trabalhadora para se libertar da influência burguesa (e da burguesia imperialista) não deve se desassociar da luta contra "os preconceitos oportunistas em relação ao Estado". Ao abordar a relação entre as classes sociais e o Estado, Lênin afirma que "o Estado é um produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes". E, resume a questão do Estado para o Marxismo da seguinte forma: "O Estado aparece onde e na medida em que os antagonismos de classes não podem objetivamente ser conciliados. E, reciprocamente, a existência do Estado prova que as contradições de classes são inconciliáveis." (LÊNIN, 2011, p. 37).

A discussão apresentada por Lênin em relação à "ditadura do proletariado" é bastante rica em conteúdo. No primeiro momento da revolução "o proletariado aproveitará a sua supremacia política para arrancar, pouco a pouco, todo o capital da burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado". A "ditadura do proletariado" é considerada "uma das mais notáveis idéias do marxismo a propósito do Estado". Outra definição do Estado sublinhada por Lênin e atribuída a Marx é a compreensão e caracterização do novo Estado, como "o proletariado organizada como classe dominante, cabendo ao proletariado subjugar a burguesia." (2011, p. 96).

Em síntese Lênin define a teoria marxista sobre o Estado afirmando que:

> A doutrina da luta de classes, aplicada por Marx ao Estado e à revolução socialista, conduz fatalmente a reconhecer a supremacia política, a ditadura do proletariado, isto é, um poder proletário exercido sem partilha e apoiado diretamente na força das massas em armas. O derrubamento da burguesia só é realizável pela transformação do proletariado em classe dominante, capaz de dominar a resistência inevitável e desesperada da burguesia e de organizar todas as massas laboriosas exploradas para um novo regime econômico. O proletariado precisa do poder político, da organização centralizada da força, da organização da violência, para reprimir a resistência dos exploradores e dirigir a massa enorme da população - os camponeses, a pequena burguesia, os semiproletários - na "'edificação" da economia socialista. (LÊNIN, 2011, p. 60).

O Imperialismo, expressão latente do capital monopolista, faz com que se consolide o aparato governamental, seja nas repúblicas ou nas monarquias, formando "gigantescos monopólios capitalistas que se transformam em "capitalismo monopólios de Estado." (LÊNIN, 2011, p. 68).

Para Lênin o Estado deve ser democrático e inovador para os proletários e, ditatorial e inovador contra a burguesia. Lênin defende a utilização do Estado (como uma comuna) para o período de transição. Retomando a questão desenvolvida por Marx em sua obra *Crítica ao Programa de Gotha* de 1875, Lênin vem afirmar que o Estado Proletário pode ser uma forma vital para a transição.

Também em contraposição as análises defendidas pelos reformistas o filósofo húngaro György Lukács destaca que:

> O oportunismo de todas as tendências dominantes da Segunda Internacional revela-se da forma mais clara no fato de que nenhuma delas ocupou-se seriamente com o problema do Estado; aqui – no ponto decisivo -, não há diferença nenhuma entre Kautsky e Bernstein. Eles todos, sem exceção, simplesmente assumiram o Estado da sociedade burguesa. E, quando o criticaram, foi apenas para que fossem combatidas algumas de suas formas fenomênicas, modos exteriores do Estado prejudiciais ao proletariado. Lênin foi o único que atingiu novamente a estatura teórica da concepção de Marx, a pureza da tomada de posição proletário-revolucionária sobre o problema do Estado. (LUKÁCS, 2014, p. 46).

Seguindo a perspectiva anunciada por Lênin em *O Estado e a Revolução*, Lukács reforça o papel teórico representado por Lênin no combate às posições reformistas e na defesa das posições revolucionárias acerca do Estado. György Lukács, também, reforça a perspectiva, outrora defendida por Lênin, da possibilidade objetiva da utilização do Estado como arma.

> A essência revolucionária de uma época expressa-se da maneira mais clara quando a luta das classes e partidos não possui o caráter de uma luta no interior de uma determinada ordem estatal, mas começa a dinamitar as suas fronteiras, ultrapassando-as. Por um lado, ela aparece como luta pelo poder

> de Estado; por outro lado, e, simultaneamente, o próprio Estado torna-se abertamente – participante da luta. "Luta-se não apenas contra o Estado, mas o próprio Estado revela o seu caráter como arma da luta de classe, como um dos mais importantes instrumentos para a conservação do domínio de classe. (LUKÁCS, 2014, p. 45).

Mészáros (2015, p.37) explica que: "Marx nunca abandonou sua visão de que a mudança radical necessária da ordem sócio metabólica do capital é inconcebível sem a total superação do poder preponderante das formações estatais do sistema reprodutivo material estabelecido".

Por outro lado, pondera que,

> É igualmente importante ressaltar que, ao mesmo tempo – e pela mesma razão de permanecer fiel ao reconhecimento pleno dos requisitos de viabilidade sócio-histórica da época – que enfatizava a necessidade do "fenecimento" do Estado, por qualquer forma de conspiração ou mesmo por algum decreto de base jurídica mais ampla, só poderia ser uma quimera voluntarista. Ele jamais deixou de insistir nisso. Nesse sentido, a viabilidade real da mudança social radical defendida tinha que ser concebida por Marx como decorrente de desdobramentos historicamente sustentáveis de processos sociais apropriados [...] (MÉZÁROS, 2015, p. 37).

Mészáros aponta nesta passagem, que Marx rejeitou as propostas voluntaristas típicas do Anarquismo assim como a estratégia posteriormente defendida pelos reformistas que viam, nas reformas do Estado, o caminho pacífico para o Socialismo.

Mészáros sublinha que Marx enfatiza que "a grande transformação histórica do futuro é inconcebível sem o permanente trabalho revolucionário do que ele chamou de 'organismo de crítica prática', ou seja, a classe trabalhadora internacionalmente organizada." (2015, p. 40). Dado o desenvolvimento do imperialismo, cabe destacar o papel do internacionalismo proletário. Segundo Mészáros: "A teorização adequada do novo imperialismo, com seu impacto necessário sobre a natureza das formações estatais do capital, ficou para a época de Lênin." (2015, p. 41).

A partir das diversas contribuições marxistas acerca da análise sobre o Estado na sociedade capitalista, devemos analisar o significado da política como meio necessário para a superação do Estado e da própria política na perspectiva da emancipação humana.

A concepção de Política em Marx

A concepção de Política que "norteia" as ações dos comunistas difere frontalmente da perspectiva liberal associada aos limites da democracia burguesa. É

fundamental compreender a dimensão social da política proveniente da obra de Marx, para empreendermos uma análise da atuação dos revolucionários para além da via institucional, embora os comunistas não rejeitem, aprioristicamente, este campo de atuação.

Avançando no debate acerca dos limites históricos da luta pela emancipação política, Marx nos descreve, a partir das passagens de *Glosas Críticas*, o que define uma revolução social:

> Toda revolução dissolve a velha sociedade; nesse sentido é social. Toda revolução derruba o velho poder; neste sentido é política. (...) Contudo, se é parafrásico ou absurdo uma revolução social com uma alma política, é racional, ao contrário, uma revolução política com uma alma social. A revolução em geral – a derrocada do poder existente e a dissolução das velhas relações – é um ato político. Por isso, o socialismo não pode efetivar-se sem revolução. Ele tem necessidade desse ato político na medida em que tem necessidade de destruição e da dissolução. No entanto, logo que tenha início a sua atividade organizativa, logo que apareça o seu próprio objetivo, a sua alma, então o socialismo se desembaraça do seu revestimento político. (MARX, 2010, p.75-78).

Nesta passagem, Marx aponta para a necessária superação do revestimento político do Estado. A política se apresenta como um meio e não um fim em si. Mediante a existência do Estado, a revolução política tende a levar ao remodelamento do próprio Estado. A questão posta é superá-lo. Somente através de uma revolução social está superação será possível.

Tonet (2010, p. 26) afirma que o que caracteriza a emancipação política na perspectiva de Marx é a "[...] tendência das classes politicamente privadas de influência a superar o seu isolamento do Estado e do Poder". Este é o sentido próprio da revolução burguesa, a perspectiva da revolução proletária não se limita a isso.

Tonet nos apresenta uma importante definição da emancipação política:

> Em resumo, a emancipação política, expressa pela cidadania e pela democracia, é, sem dúvida, uma forma de liberdade superior à liberdade existente na sociedade feudal, mas, na medida em que deixa intactas as raízes da desigualdade social, não deixa de ser ainda uma liberdade essencialmente limitada, uma forma de escravidão. A inclusão dos trabalhadores na comunidade política não ataca os problemas fundamentais deles, pois eles podem ser cidadãos sem deixarem de ser trabalhadores (assalariados), mas não podem ser plenamente livres sem deixarem de ser trabalhadores (assalariados). (TONET, 2010, p. 27).

A perspectiva marxista da emancipação humana é outra. Parte da premissa de que "na medida em que a comunidade política tem sua matriz ontológica na forma capitalista de trabalho, ela é incapaz, por sua própria natureza, de permitir a plena

realização de todos os homens" (TONET, 2010, p. 29). Neste sentido, para a instauração de uma verdadeira comunidade humana é imprescindível a realização de uma verdadeira revolução social. Segundo Tonet (2010, p. 30) "revolução social, aqui, significa uma transformação que modifique, a partir da raiz - o que é a sociedade civil-, a velha ordem social. Como diz Marx, uma 'revolução política com alma social"'.

Em seu célebre trabalho *Para Além do Capital* (2002), Mészáros ressalta os principais traços da teoria política de Marx. Em relação ao Estado, Mészáros (2002, p. 122) adverte que "o Estado (e a política em geral, como um domínio separado) deve ser *transcendido* por meio de uma transformação radical de toda a sociedade, mas não pode ser *abolido* nem por decreto, nem por toda uma série de medidas políticas administrativas". Retomando a essência do pensamento de Marx, Mészáros, ao abordar a questão do Estado, não apresenta nenhuma referência à formação da "ditadura do proletariado" ou a formação de um "Estado Proletário" de transição.

Resgatando a perspectiva da emancipação humana através da revolução social, Mészáros (2002, p. 120) nos diz que "a revolução que se aproxima não pode ser simplesmente uma revolução política; deve ser uma revolução social para não ficar aprisionada dentro dos limites do sistema auto perpetuador de exploração socioeconômica". A revolução política é vista como algo limitado. A referência dos revolucionários nesta perspectiva deve ser a revolução social. (MÉSZÁROS,, 2002, p. 120).

Reforçando a tradição marxista, Mészáros (2002, p. 121) aponta que "o sujeito social da emancipação é o proletariado porque é forçado, pela maturação das contradições antagônicas do sistema do capital, a subverter a ordem social dominante". Ressaltando que não cabe a formação de uma nova classe dominante, o objetivo central é a extinção da sociedade de classes.

Mészáros nota a necessidade de vincular a luta política com a luta socioeconômica uma vez que as "lutas políticas e socioeconômicas constituem uma unidade dialética, e, conseqüentemente, a negligência da dimensão socioeconômica despoja a política de sua realidade." (MÉSZÁROS, 2002, p. 121). E, retoma um dos traços determinantes mais importantes da tradição marxista: o internacionalismo proletário. Nesta perspectiva "a revolução social bem-sucedida não pode ser local ou nacional – apenas revoluções políticas podem se confinar a uma situação limitada, de

acordo com sua própria parcialidade -, e sim global/universal, o que implica a transcendência do Estado em escala global. (MÉSZÁROS, 2002, p. 122).

No tocante a esta síntese apresentada por Mészáros, cabe destacar a preocupação deste autor com a retomada da necessidade da defesa da Revolução Social, em contraponto às abordagens atuais reformistas e mitigadoras do marxismo que apontam a centralidade da luta política, no sentido de ocupar governos e ministérios em torno da governabilidade, ou da defesa pura e simples da Revolução Política como etapa para a necessária revolução social.

Bebendo na mesma fonte (a teoria marxista) o historiador Eric Hobsbawm (2011) desfralda uma instigante análise sobre a política a partir da seguinte questão geradora: Como resumir o legado geral de idéias políticas que Marx e Engels deixaram a seus sucessores? A resposta é descrita a partir de quatro questões:

A primeira questão se relaciona a vinculação entre a política e o desenvolvimento histórico da sociedade:

> Em primeiro lugar, esse legado acentuava a subordinação da política ao desenvolvimento histórico. A vitória do socialismo era historicamente inevitável em virtude do processo sumarizado por Marx na famosa passagem sobre a tendência histórica da acumulação capitalista em O capital 1, culminando na profecia sobre a "expropriação dos expropriadores". (...) A política integrava-se à história, e a análise marxista mostrava quanto à política era impotente para atingir seus fins se não estivesse assim integrada; e, inversamente, como era invencível o movimento da classe operária, sempre integrado à história. (HOBSBAWM, 2011, p. 83).

Esta conexão entre política e história é pouco ressaltada por Mészáros. Vinculado a perspectiva da História Social, Hobsbawm busca em sua análise histórica a associação com a política, englobando elementos culturais, sociais e econômicos em suas análises.

No tocante a vinculação entre teoria e práxis revolucionária através da ação política, Hobsbawm nos afirma que:

> Em segundo lugar, a política era crucial na medida em que a classe operária, inevitavelmente triunfante, se organizaria politicamente (isto é, como "partido") e visaria à transferência do poder político, que seria exercido por um sistema transitório de autoridade do Estado submetida ao proletariado. A ação política era, assim, a essência do papel do proletariado na história. O proletariado atuava através da política, ou seja, dentro dos limites fixados pela história – escolha, decisão e ação consciente. (...) A ênfase na política pode ter sido exagerada por causa da controvérsia de Marx e os anarquistas proudhonianos e Bakunianos, mas não resta dúvida

> quanto à sua importância. Para o período pós-revolucionário, as implicações dessa atitude ainda eram acadêmicas. Para a etapa pré-revolucionária, elas envolviam o partido proletário, forçosamente, em todo o tipo de atividades políticas sob o capitalismo. (HOBSBAWM, 2011, p.83-840).

Nesta passagem, fica evidente à importância atribuída a política e a necessidade da formação do partido revolucionário, capaz de realizar atividades políticas ainda sob os domínios do capital na perspectiva de superá-lo. A polêmica entre os marxistas e anarquistas desdobra do Estado para o campo da política. Atribuir um papel marginal ou periférico a política em Marx caminha principalmente para o lugar comum da crítica azeda dos anarquistas e liberais. A política revolucionária é um meio necessário para a Revolução Social, não o fim em si que aponta os limites da emancipação política.

Em terceiro a questão fundamental da noção de Luta de classes:

> Em terceiro lugar, eles viam essa política essencialmente como uma luta de classes dentro de Estados que representavam a classe dominante (ou as classes), a não ser em certas conjunturas históricas especiais, como as de equilíbrio de classes. (...) O Estado era um fenômeno histórico da sociedade não necessariamente na forma simplificada, para fins de agitação, de um "comitê executivo da classe dominante". Isso impunha limites tantos ao envolvimento dos partidos proletários na vida política do Estado burguês quanto sobre o que se podia esperar que esse Estado lhes concedesse. Assim, o movimento proletário operava tanto nos domínios da política burguesa quanto fora deles. Como o poder era definido como o principal conteúdo do Estado, seria fácil supor (apesar de Marx e Engels não o terem feito) que o poder era sempre a única questão significativa na política e na discussão do Estado. (HOBSBAWM, 2011, p. 84).

Um dos traços fundamentais para compreendermos a dimensão do conceito de política em Marx é justamente a questão da Luta de Classes. Esta luta ocorre em diversos domínios da sociedade. Os marxistas rompem com a tradição liberal, na medida em que fomentam a luta da classe trabalhadora, dentro e principalmente fora dos "domínios políticos burgueses". Esta mediação tática se conecta com a dimensão estratégica da luta pela superação do Estado.

Sobre a problemática do Estado proletário transitório, do Capitalismo ao Socialismo. Hobsbawm destaca que:

> Em quarto lugar, quaisquer que fossem as atividades por ele exercidas, o Estado proletário transitório deveria eliminar a separação entre povo e governo, entendido este como um conjunto especial de governantes. (...) No entanto, num sentido não identificado com instituições específicas e que lembravam certos aspectos de Rousseau, o Estado era uma "democracia". Esta tem sido a parte mais difícil do legado de Marx para

> seus sucessores, uma vez que – por motivos que vão além do âmbito desta exposição – até agora todas as tentativas reais de construir o socialismo segundo princípios marxistas tem fortalecido um aparelho de Estado independente (tal como nos regimes não socialistas), ao passo que os marxistas tem se mostrado relutantes a abandonar a aspiração que Marx com tanta firmeza considerava um aspecto essencial do desenvolvimento da nova sociedade. (HOBSBAWM, 2011, p. 84-85).

A separação entre o povo trabalhador e os governos dos trabalhadores além de ser mecânica, representa um atraso em relação ao projeto socialista. A tradição marxista aponta a necessidade da formação de um estado proletário transitório no processo revolucionário. Todavia, no horizonte da revolução social, o objetivo final é a superação do Estado.

O Partido Político

O debate sobre Partido na tradição marxista é bastante polêmico e atual. Marx não chegou a elaborar nem desenvolver uma teoria sistematizada de Partido. Todavia, encontramos, em alguns textos marxianos, menções e defesa desta nascente forma de organização da classe trabalhadora.

Podemos perceber que na segunda parte do *Manifesto do Partido Comunista*, Marx e Engels (2012, p. 197) expressam claramente o esboço geral de sua concepção de partido a partir de uma questão central: a relação entre os proletários e comunistas.

> Qual a relação dos comunistas com os proletários em geral? Os comunistas, em face dos outros partidos operários, não formam um partido à parte. Os comunistas não tem interesses diferentes dos interesses de todo o proletariado. Não estabelecem princípios particulares, com os quais pretendam moldar o movimento operário. Os comunistas se distinguem dos demais partidos proletários apenas porque: 1) nas diferentes lutas nacionais dos proletários acentuam e fazem prevalecer os interesses comuns do proletariado no seu conjunto, independentemente da nacionalidade e 2) nas várias etapas de desenvolvimento por que passa a luta entre o proletariado e a burguesia, representam sempre o interesse do movimento na sua totalidade. Os comunistas são, pois, na prática, a fração mais decidida, aquela que impulsiona todas as outras, dos partidos operários de todos os países; teoricamente, excedem a massa restante do proletariado pela compreensão das condições, do curso e dos objetivos gerais do movimento proletário. O Objetivo imediato dos comunistas é o mesmo de todos os demais partidos proletários: constituição do proletariado em classe, derrubada do domínio da burguesia, conquista do poder político pelo proletariado. (MARX; ENGELS, 2012, p. 197).

Ainda, no *Manifesto do Partido Comunista* Marx e Engels (2012, p. 215-216) destacam a luta dos comunistas nos partidos comunistas, socialistas e operários da época. Ressaltando que “os comunistas lutam para realizar os fins e interesses

imediatos da classe operária, mas representam, no movimento presente, o futuro do movimento.” Reforçando que “em toda a parte os comunistas apóiam todos os movimentos revolucionários contra as condições sociais e políticas existentes”. E, sublinhando que a superação da “questão da propriedade” privada é o objetivo principal dos comunistas. A defesa da unidade política é expressa na parte final do manifesto: “os comunistas trabalham pela união e pelo entendimento dos partidários democráticos de todos os países”.

Na perspectiva de Hobsbawm “o “partido comunista” que aparece no Manifesto não tinha nada a ver com os partidos da política democrática moderna ou com os “partidos de vanguarda” do comunismo leninista, e muito menos com os partidos estatais de tipo soviético ou chinês. Nada disso existia. “Partido” ainda significava, em essência, uma tendência ou corrente de opinião ou uma política, ainda que Marx e Engels reconhecessem que, nem bem essas tendências, correntes de opinião ou políticas encontravam expressões em movimentos de classe, adquiriam algum tipo de organização [...] (2011, p. 104).

Como o texto deixa claro, o Partido Comunista de Marx e Engels nessa fase, não era e nem tentava criar uma organização, muito menos uma organização com um programa específico diferente de outras organizações. Diga-se de passagem, que a entidade em cujo nome o Manifesto foi escrito, a Liga Comunista, em nenhum momento é mencionada no documento. (2011, p. 105).

As discussões sobre como promover a luta pela superação da sociedade de classes baseada na propriedade privada esbarram na problemática da organização (Partido) e na relação entre o Partido e os sindicatos, movimentos, entidades... Qual é o papel do Partido na educação das massas? Na tradição revolucionária da cultura política socialista e comunista, a questão do Partido é trivial. O operador político (Partido) além de organizar os trabalhadores para o enfrentamento contra o capital, busca desenvolver a consciência socialista. Em outras palavras, cabe ao partido organizar, através das mediações necessárias, a classe trabalhadora e desenvolver a consciência de classe indispensável para o avanço dessa classe, na luta pelo socialismo na perspectiva do comunismo.

Apresentando uma abordagem histórica sobre a noção de Partido Político presente na obra marxiana. O Historiador Eric Hobsbawm destaca que:

> A palavra “partido” não tem aqui as acepções que adquiriu mais tarde, e não há nos textos de Marx e Engels referência alguma a tais acepções. Em meados do século XIX, a palavra indicava tanto os adeptos de um ideário ou causa política quanto os membros de um grupo formal organizado. Na década de 1850, Marx e Engels usavam a palavra com freqüência para se referir à Liga Comunista (...).É evidente que, a partir da década de 1870, Marx e Engels apoiaram, onde possível, a formação de um partido político organizado, desde que não fosse uma seita; e era natural que, nos partidos formados por seus seguidores ou sob a influência deles, problemas de organização interna, estrutura, disciplina etc. requeressem opiniões emanadas de Londres. (...) O partido deveria pretender ser a classe organizada, e Marx e Engels nunca se desviaram do que haviam declarado no Manifesto: que os comunistas não constituíam um partido separado, oposto a outros partidos da classe operária, nem criavam princípios sectários próprios com os quais moldar o movimento proletário. (HOBSBAWM, 2011, p. 63).

O partido político, de “novo tipo” na perspectiva leninista, exerce potencialmente o papel central de “educação política dos quadros e militantes”, a partir do referencial teórico do marxismo, para garantir a direção consciente do movimento espontâneo da classe trabalhadora. É necessário destacar o papel do princípio político organizativo do Partido Revolucionário concebido por Lênin: o centralismo democrático. Lênin reforça a necessidade da ação política centralizada e organizada do Partido Revolucionário como condição indispensável para a luta revolucionária. A liberdade de discussão crítica e autocrítica, dentro das instâncias partidárias, corresponde a democracia. A ação unitária, planejada, hierarquizada e disciplinada corresponde ao elemento do centralismo. Em relação à atividade partidária, Lênin (2012, p. 85) destaca que “no tocante à “direção” ideológica e prática do movimento e da luta revolucionária do proletariado, é necessária a “maior centralização possível”, com relação à “informação” do centro do partido (e conseqüentemente de todo o partido em geral), no que diz respeito ao movimento e à “responsabilidade” ante o partido, se impõe “a maior descentralização possível”. Todavia, este princípio organizativo em diversos cenários fora desrespeitado, dando origem ao centralismo-democrático, ao centralismo ou ao democratismo nas fileiras partidárias.

Uma questão fundamental atribuída ao pensamento de Lênin, e presente na obra fundadora de sua concepção de Partido é a defesa da seguinte perspectiva revolucionária em relação ao Partido: a consciência política de classe não pode ser levada ao operário senão do exterior, isto é, de fora da luta econômica, de fora da esfera das relações entre operários e patrões. (LÊNIN, 2010, p. 145).

Após apresentarmos a concepção de Partido revolucionário desenvolvida por Lênin, cabe destacar as contribuições de Gramsci. Segundo Hobsbawm (2011, p. 294) “Gramsci é profundamente leninista em sua visão geral do papel do partido”, discordando de aspectos organizativos e “em relação à natureza da vida do partido.” Verifica-se nesta perspectiva “que suas idéias, sobre a natureza e as funções dos partidos, vão além das de Lênin.”

Gramsci destaca que

> O moderno príncipe, o mito-príncipe não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto, só pode ser um organismo; um elemento complexo de sociedade no qual já tenha tido início a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e afirmada parcialmente na ação. Este organismo já está dado pelo desenvolvimento histórico e é o partido político, a primeira célula na qual se sintetizam germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais. (2011, p. 238).

Este autor assevera que “a luta do proletariado contra o capitalismo se desenvolve em três frentes: a econômica, a política e a ideológica”. Além disso, analisa que “a luta econômica não pode ser desligada da luta política e nenhuma das duas pode ser desligada da luta ideológica.” (GRAMSCI, 2011, p. 98).

Para Gramsci, a vinculação teórica do Partido com a teoria socialista é fundamental.

> Para o Partido da classe operária, que é tal precisamente porque resume e representa todas as exigências da luta geral, as três frentes da luta proletária (se reduzem a uma só. Decerto, não se pode exigir que cada operário tenha uma completa consciência de toda a complexa função que sua classe está destinada a desempenhar no processo de desenvolvimento da humanidade, mas isso deve ser exigido aos membros do Partido. Não é possível propor, antes da conquista do Estado, a modificação completa da consciência de toda a classe operária; isso seria utópico, já que a consciência de classe também se modificar, ou seja, quando o proletariado se transformar em classe dominante, quando tiver à sua disposição o aparelho de produção e de troca e o poder estatal. Mas o partido pode e deve, em seu conjunto, representar esta consciência superior; de resto, se não fizer isso, não estará à frente das massas, mas em sua retaguarda; não as dirigirá, mas será arrastado por elas. Por isso, o Partido deve assimilar o marxismo – e deve assimilá-lo em sua forma atual, ou seja, como leninismo. (2011, p. 99-100).

Gramsci, em seus escritos pré-carcerários (1916-1919), apresenta uma rica contribuição acerca das atribuições de um Partido Político, um partido Comunista. Inserido na “luta do proletariado contra o capitalismo” deve atuar “em três frentes: a econômica, a política e a ideológica.” (2011, p. 98).

Em relação à luta econômica, está se apresenta em “três fases: de resistência contra o capitalismo, ou seja, a fase sindical elementar; de ofensiva contra o capitalismo pelo controle operário da produção; de luta pela eliminação do capitalismo através da socialização” (2011, p.98).

Gramsci atribui um papel central a luta política que se manifesta em “três fases principais”:

> luta para limitar o poder da burguesia no Estado parlamentar, ou seja, para manter ou criar uma situação democrática de equilíbrio entre as classes, que permita ao proletariado organizar-se e desenvolver-se; luta pela conquista do poder e pela criação do Estado operário,, ou seja, uma ação política complexa através do qual o proletariado mobiliza em torno de si todas as forças sociais anticapitalistas (em primeiro lugar, a classe camponesa) e as conduz à vitória; a fase da ditadura do proletariado, organizado em classe dominante a fim de eliminar todos os obstáculos técnicos e sociais que se opõem à realização do comunismo. A luta econômica não pode ser desligada da luta política e nenhuma das duas pode ser desligada da luta ideológica. (GRAMSCI, 2011, p. 99).

Daí o papel de destaque atribuído por Gramsci (2011, p. 100) ao “partido da classe operária, que é tal precisamente porque resume e representa todas as exigências da luta geral, as três frentes da luta proletária se reduzem a uma só”. Gramsci sustenta que a atividade teórica é a luta na frente ideológica. E para lutar contra a ideologia burguesa, ou seja, para libertar as massas da influência do capitalismo, fosse necessário, antes de mais nada, difundir no próprio partido a doutrina marxista e defendê-la contra todas as deformações. Neste sentido “é necessário que o Partido intensifique e torne sistemática sua atividade no campo ideológico, que ele ponha como dever do militante o conhecimento das doutrinas do marxismo-leninismo, pelo menos em seus aspectos mais gerais.” (GRAMSCI, 2011, p. 100).

Fica clara a subordinação do Partido Político (Partido Comunista) ao referencial teórico prático do marxismo e do leninismo. O objetivo central do operador político (partido) é a modificação completa da consciência, trabalhar na perspectiva da educação das massas, tendo como guia para ação, a teoria revolucionária, ou seja, o marxismo.

Conclusão

Cabe observar que o debate sobre o Estado na atualidade é fundamental para pensarmos na possibilidade objetiva da transição socialista. Ao longo da trajetória do movimento comunista internacional, esta questão foi posta em segundo plano dada a influência das concepções nacionalistas e democráticas nos partidos comunistas e nas

organizações revolucionárias. A crítica marxista se esforça para retomar o debate acerca do Estado na sociedade capitalista. Muitos erros e equívocos do passado e da atualidade devem-se ao abandono de elementos cruciais da tradição revolucionária marxista, como a compreensão da necessidade de superação do Estado, da concepção de política revolucionária e do papel de organização e luta dos partidos revolucionários.

A crítica apresentada ao dogmatismo, ao sectarismo e ao revisionismo, remonta a história do movimento comunista. Na tradição revolucionária comunista, as discussões relacionadas ao dogmatismo fora rechaçado por Marx e Engels e sublinhada por Lênin (1986, p. 51): "A nossa teoria não é um dogma, mas um guia para a ação". A crítica marxista e leninista se consolidou com a recusa as formas de organizações relacionadas às seitas e círculos revolucionários blanquistas e terroristas, dado seu caráter conspiratório e seu deslocamento em relação à classe. No que se refere ao revisionismo, tendência política com forte influência na Segunda Internacional e nos partidos socialistas, os comunistas repudiam esta influência teórica, pois a caracterizam como ideologia pequeno-burguesa, que causou impactos nefastos nos partidos da II Internacional. O oportunismo, característico desta corrente, exerce nos dias de hoje uma influência considerável na esquerda mundial.

Frente à derrocada das "novas" e "velhas" organizações de esquerda desvinculadas da teoria marxista e leninista. Cabe sublinhar a necessária da retomada da construção de partidos de "novo" tipo, partidos revolucionários. Estas organizações devem atuar objetivando a revolução social. Para isso, é fundamental a reorganização da classe trabalhadora a nível internacional. Por meio das lutas cotidianas contra a "ordem sócio metabólica do capital", somente o operador político (partido revolucionário), pode viabilizar a indispensável unidade dialética entre as lutas políticas e socioeconômicas.

REFERÊNCIAS

DEL ROIO, Marcos. Gramsci e o trabalho como fundamento da Hegemonia. In: **Trabalho, política e formação humana**: interlocuções com Marx e Gramsci. NETO, Antônio J. Menezes, CUNHA, Daisy Moreira, FIDALGO, Fernando, SOUZA JUNIOR, Hormindo P, OLIVEIRA, Maria Auxiliadora (Org.). São Paulo: Xamã. 2009.

GRAMSCI, Antônio. **Concepção dialética da História**. Rio de Janeiro: Civilização

Brasileira, 1966.

GRAMSCI, Antônio. COUTINHO, Carlos Nelson (Org.) **O leitor de Gramsci**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

HOBSBAWN, Eric. **Era dos Extremos**: O breve século XX. São Paulo: Cia. Das Letras, 1994.

HOBSBAWN, Eric. **Como mudar o mundo** – Marx e o Marxismo (1840-2011). São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

LÊNIN, Vladimir. **O Estado e a revolução**. Campinas: UNICAMP, 2011.

LENIN, Vladimir Ilith. **O que fazer?** São Paulo: Global, 1985.

LUKACS, Georgÿ. "O Estado como arma". In Instituto Caio Prado Junior. **Revista Novos Temas**, Salvador (BA), Quarteto, São Paulo (SP): ICP, n. 9, pp.45-53. 2014.

MARX, K. In: NETTO, José Paulo (Org.) **O leitor de Marx**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

MARX, K. & ENGELS. F. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K. **Glosas críticas**. São Paulo: expressão popular, 2010.

MARX. K. **O Capital** – livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, István. **A Atualidade da ofensiva socialista**. Belo Horizonte, Revista Práxis, 1998.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital** – Rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

MÉSZÁROS, István. **A montanha que devemos conquistar**. São Paulo: Boitempo, 2015.

TONET, Ivo. Educação e ontologia marxiana. **Revista Trabalho e Educação**, Belo Horizonte: FAE/UFMG, v.24, n. 1, jan./abr. 2015.